



PLANO DE ENSINO	SEMESTRE LETIVO
	2014/1

CURSO		PERÍODO		
Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental		4º semestre		
COMPONENTE CURRICULAR	C. H. (Horas)	CARGA HORÁRIA (Aulas)		
		TEÓRICA	PRÁTICA	TOTAL
Legislação e Direito Ambiental	33 h	40	0	40
PROFESSOR RESPONSÁVEL	Hellen Caroline Ordones Nery Bucair			

EMENTA
<ul style="list-style-type: none">- Evolução histórica do direito ambiental, Conceito atual de direito ambiental, Princípios do direito ambiental, O ordenamento ambiental brasileiro;- Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/81) e Sistema Nacional do Meio Ambiente: Poderes da República: atribuições, Competência legislativa em matéria ambiental, Órgãos integrantes do sistema nacional do meio ambiente (SISNAMA), A Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA); A Política Estadual do Meio Ambiente; O município e o meio ambiente: a competência municipal;- Processo de Licenciamento Ambiental: Resolução 237/97 – CONAMA;- Poder de Polícia;- A Política Nacional de Recursos Hídricos: Lei 9.433/87;- A Política Estadual de Recursos Hídricos;- Responsabilidade Ambiental: Responsabilidade civil e reparação do dano ecológico decorrentes de acidentes ambientais; A legislação Ambiental e o Atendimento pelas Empresas;- A Nova Lei de Crimes Ambientais e os instrumentos judiciais e extrajudiciais de defesa dos bens ambientais: Crimes Ambientais: Lei 9.605/98; Infrações Administrativas Ambientais: Decreto 3.179/99.

OBJETIVOS
<ul style="list-style-type: none">- Abordar os principais temas do direito ambiental que estão necessariamente relacionados com a prática do profissional de gestão ambiental;- Fornecer instrumental para orientação do futuro profissional nas questões jurídico/ambientais que surgirão no âmbito de suas atividades, através da transmissão de conceitos básicos;- Incentivar o posicionamento crítico dos acadêmicos acerca da questão ambiental, perpassando pela evolução histórica, até chegar na fase holística, em que assuntos atuais como sustentabilidade, mudança climática, créditos de carbono e outros relevantes no plano internacional devem ser pensados;- Analisar de que forma os instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente podem favorecer um contexto de desenvolvimento sustentável;- Estudar a lei de crimes ambientais, possibilitando a análise dos aspectos gerais e das penalidades em espécie.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aulas 01 e 02: Evolução histórica do direito ambiental;

Aulas 03 e 04: principais convenções internacionais;

Aulas 04 e 05: Conceito atual de direito ambiental, Princípios do direito ambiental;

Aulas 06 e 07: O ordenamento ambiental brasileiro;

Aulas 08 e 09: Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/81) – introdução, principais aspectos da lei;

Aulas 10 e 11: Sistema Nacional do Meio Ambiente: Poderes da República: atribuições,

Aulas 12 e 13: Competência legislativa em matéria ambiental;

Aulas 14 e 15: Órgãos integrantes do sistema nacional do meio ambiente (SISNAMA),

Aulas 16 e 17: A Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA);

Aulas 18 e 19: A Política Estadual do Meio Ambiente;

Aulas 20 e 21: O município e o meio ambiente: a competência municipal;

Aulas 22 e 23: Processo de Licenciamento Ambiental: Resolução 237/97 – CONAMA; Poder de Polícia;

Aulas 24 e 25: A Política Nacional de Recursos Hídricos: Lei 9.433/87

Aula 26 e 27: A Política Estadual de Recursos Hídricos;

Aula 28 e 29: Responsabilidade Ambiental: Responsabilidade civil e reparação do dano ecológico decorrentes de acidentes ambientais;

Aulas 30 e 31: A legislação Ambiental e o Atendimento pelas Empresas.

Aulas 32 e 33: A Nova Lei de Crimes Ambientais e os instrumentos judiciais e extrajudiciais de defesa dos bens ambientais: Crimes Ambientais: Lei 9.605/98;

Aulas 34 e 35: Infrações Administrativas Ambientais: Decreto 3.179/99.

Aulas 36 a 40: Visitas técnicas propostas (audiência pública, IBAMA, SEMA).

VISITAS TÉCNICAS / EVENTOS PREVISTOS

Procuraremos fazer visita aos órgãos ambientais, tais como IBAMA, SEMA, dentre outros. Também buscaremos acompanhar uma audiência pública sobre tema ambiental relevante.

METODOLOGIA DE ENSINO

Serão realizadas aulas teóricas expositivas e dialogadas. As aulas práticas facilitarão a visualização do que será apreendido na teoria.

RECURSOS FÍSICOS		RECURSOS MATERIAIS	
Visitas técnicas à indústrias/fábricas, centros de pesquisa, instituições e outros			Televisão
Laboratório de Ensino	x		Datashow
Laboratório de Informática			Retroprojektor
Outros:			Aparelho de Som
			DVD
		x	Outros: ônibus escolar, quadro, pincel, apagador

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A cada bimestre, serão realizadas duas avaliações de aprendizagem, no valor de 0 a 8,0 pontos, alternadas entre questões objetivas e subjetivas. O restante da nota será composto por avaliação atitudinal, no valor de 0 a 2 pontos, conforme organização didática.

Bibliografia Básica (no máximo 4 referências)

Autor	Título/Periódico	Edição	Local	Editora	Ano	Vol.
ANTUNES, Paulo Bessa	Direito Ambiental	5ª	Rio de Janeiro	Lúmen Júris	2001	
FIORILLO, Celso Antônio Pacheco.	Curso de Direito Ambiental Brasileiro	14ª	São Paulo	Saraiva	2013	
MACHADO, Paulo Affonso Leme	Direito Ambiental Brasileiro	19ª	São Paulo	Malheiros	2011	
SILVA, José Afonso da	Direito Ambiental Constitucional	9ª	São Paulo	Malheiros	2011	

Bibliografia Complementar (no máximo 4 referências)

Autor	Título/Periódico	Edição	Local	Editora	Ano	Vol.
CARVALHO, Carlos Gomes de.	O meio ambiente nos tribunais		São Paulo	Método	2003	
MEDAUAR, Odete.	Coletânea de legislação ambiental	12ª	São Paulo	RT	2013	
MILARÉ, Edis.	Direito do ambiente	8ª	São Paulo	RT	2013	

APROVAÇÃO

Cuiabá-MT, 10 de janeiro de 2014.

Hellen Caroline Ordones Nery Bucair

Coordenador do Curso

Área Pedagógica